



ANTÓNIO BELÉM &
ANTÓNIO GONÇALVES
SROC

RELATÓRIO TRIMESTRAL SOBRE A EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

SPMS – SERVIÇOS PARTILHADOS DO MINISTÉRIO DA SAÚDE, EPE.

SETEMBRO DE 2021

/ Sede

Praça Francisco Sá Carneiro, 12, 1º DT 1000-160 Lisboa
+351 218 438 860 | geral@abag-sroc.pt

/ Escritório Algés

Rua Sofia de Carvalho, 23, 2º DT Nascente 1495-122 Algés
+351 215 843 257 | info@abag-sroc.pt



RELATÓRIO

1 - INTRODUÇÃO

Nos termos do despacho de 04 de Maio de 2015 de Sua Excelência a Secretária de Estado do Tesouro, que nos nomeou como Fiscal Único Efectivo da SPMS-Serviços Partilhados do Ministério da Saúde, EPE, adiante designada por SPMS, cumpre-nos apresentar relatório sobre a execução orçamental até ao fim do terceiro trimestre de 2021.

2 - METODOLOGIA

O Fiscal Único Efectivo procedeu à análise das contas referidas a 30 de setembro de 2021 da SPMS, que se encontram elaboradas de acordo com as Normas Contabilísticas de Relato Financeiro, que integram o SNC-AP – Sistema de Normalização Contabilística para Administrações Públicas. Foi verificada a compatibilidade entre os valores relevados no Balancete Analítico do Razão Geral de 30 de setembro com os valores constantes no Balanço, na Demonstração dos Resultados Líquidos por natureza e no PAO – Plano de Actividade e Orçamento para 2021, referidos àquela data.

/ Sede

Praça Francisco Sá Carneiro, 12, 1º DT 1000-160 Lisboa
+351 218 438 860 | geral@abag-sroc.pt

/ Escritório Algés

Rua Sofia de Carvalho, 23, 2º DT Nascente 1495-122 Algés
+351 215 843 257 | info@abag-sroc.pt



3 - TRABALHO REALIZADO

Para além do controlo da execução orçamental referida a 30 de setembro de 2021, procedemos a análise crítica das posições financeira (Balanços) e dos resultados apurados (Demonstrações de Resultados).

Assim foram feitas:

3.1 – Comparação dos valores constantes no Balanço de 30 de Setembro de 2021 com os valores constantes no Balanço de 31 de dezembro de 2020.

3.2.- Comparação dos valores constantes na Demonstração de Resultados Líquidos por natureza referida a 30 de setembro de 2021, com os valores do período homólogo do ano anterior e com os valores previstos no PAO referente a 2021.

3.3– Controlo dos investimentos realizados versus investimentos orçamentados para o exercício de 2021 (grau de execução orçamental dos investimentos).

4 - RELATÓRIO

Como consequência do trabalho desenvolvido e da análise dos Anexos que integram o presente relatório parece-nos conveniente realçar as seguintes conclusões:



4.1. – Balanço (Anexo I)

4.1.1.- O Activo Líquido em 30 de setembro de 2021 é superior ao registado em 31 de Dezembro de 2020 em cerca de 57.764.717 euros, o que representa em percentagem um acréscimo de 214,81%. Esta variação positiva resultou da ação conjugada de uma diminuição do Ativo não Corrente de cerca de 631.853 euros, em percentagem 8,69%, provocada pelas diminuições do ativo fixo tangível em cerca de 600.490 euros, em percentagem 8,32%, e do ativo intangível no montante de 47.540 euros, em percentagem 100,00% e da variação positiva dos Outros Ativos Financeiros no montante de 16.579 euros, e do aumento do Ativo Corrente em cerca de 58.396.569 euros, em percentagem 297,62 % devido à ação conjugada dos acréscimos dos saldos do Estado e Outros Entes Públicos, Outras Contas a Receber e Caixa e Depósitos Bancários, nos montantes de 3.049.302 euros, 20.364.060 euros e 39.268.351 euros respetivamente e dos decréscimos verificados nos saldos de Clientes, contribuintes e utentes e em Diferimentos, nos montantes de 866.879 euros e 3.418.264 euros, respetivamente. **Em conclusão, o activo líquido cresceu cerca de 214,81%, devido à ação conjugada duma diminuição do ativo não corrente de 631.853 euros e de um aumento do ativo corrente de 58.396.569 euros.**

4.1.2.- Relativamente ao Capital Próprio verifica-se um aumento em valor absoluto, de setembro de 2021 relativamente a 31 de Dezembro de 2020, de cerca de 44.496.211 euros, em percentagem 544,15%, resultante do aumento do saldo das Outras Reservas no montante de 609.797 euros, em percentagem cerca de 8,92%, da diminuição do saldo negativo verificado na conta de Resultados Transitados, cerca de 2.248.576 euros, em percentagem cerca de 6,50%, da variação positiva do saldo das Outras Variações no Capital Próprio, no montante de 43.046.684 euros e da variação negativa do Resultado Líquido, no montante de 1.408.846 euros, em percentagem cerca de 49,29%. **Em conclusão, deve referir-se que o**



total do Capital Próprio aumentou, atingindo um valor total de cerca de 52.673.413 euros, devido fundamentalmente por um lado ao aumento das Outras Reservas, à melhoria dos Resultados Transitados e ao aumento do saldo das Outras Variações do Capital Próprio, em cerca de 609.797 euros, 2.248.576 euros e 43.046.684 euros respetivamente e por outro ao agravamento registado nos Resultados Líquidos, em cerca de 1.408.846 euros. O total do Capital Próprio em 30 de setembro de 2021, representava cerca de 200% do Capital Realizado, pelo que a SPMS deixou de estar na situação prevista no Artº 35º do Código das Sociedades Comerciais, o que vinha acontecendo anteriormente.

4.1.3. – No que concerne ao Passivo Total registou-se um aumento de cerca de 13.268.506 euros relativamente a dezembro de 2020, o que em percentagem representa cerca de 70,90%. Esta variação resultou exclusivamente do aumento do Passivo Corrente com o aumento dos saldos das contas de Fornecedores, Outras Contas a Pagar e Diferimentos e à diminuição no saldo do Estado e Outros Entes Públicos, nos montantes de 3.753.611 euros, 6.147.294 euros, 4.798.302 euros e 1.430.702 euros, respetivamente. O Passivo Não Corrente manteve o mesmo saldo existente em 31 de Dezembro de 2020 na conta de Provisões, ou seja o montante de 4.755.542 euros.

Em conclusão, pode referir-se que o acréscimo do Passivo Total da SPMS, teve a ver exclusivamente com as variações no Passivo Corrente, acima referidas.

4.2.- Demonstração de Resultados por natureza (Anexo II)

O Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos (EBITDA), em 30 de setembro de 2021, positivo no montante de cerca de 3.157.470 euros era superior ao do período homólogo de 2020, em cerca de 444.721 euros, o que representa um acréscimo de cerca de



16,39%. Este aumento do EBITDA é explicado fundamentalmente pelo efeito conjugado das variações favoráveis nas Transferências Correntes e Subsídios à Exploração, nos Gastos com Pessoal, nos Outros Rendimentos e Ganhos e nos Outros Gastos e Perdas e das variações desfavoráveis nas Vendas e Prestação de Serviços e nos Fornecimentos e Serviços Externos, nos valores de 5.972.883 euros, 13.589 euros, 492.976 euros, 453.193 euros e 248.612 euros e 6.239.310 euros, respetivamente.

Em consequência do aumento do EBITDA acima referida, o Resultado Operacional (EBIT) em setembro de 2021, atingia o montante de 1.449.527 euros, superior ao do período homólogo em cerca de 348.147 euros, o que representa alguma melhoria. O Resultado antes de impostos (RAI), positivo em cerca de 1.449.527 euros também é superior ao do período homólogo, em cerca de 348.147 euros. Finalmente, chega-se a um Resultado Líquido positivo de 1.449.527 euros, superior ao do período homólogo do ano anterior, que foi positivo no montante de 695.429 euros. **Como conclusão, deve salientar-se que a melhoria do resultado apurado se baseia fundamentalmente nas variações positivas dos Outros Rendimentos e Ganhos e Outros Gastos e Perdas, na medida em que as maiores variações que se verificaram nas Vendas e Serviços Prestados e nos Fornecimentos e Serviços Externos tinham sinal contrário pelo que na prática se anularam.**

4.3- Execução Orçamental – Dos Rendimentos e Gastos (Anexo III)

Feita comparação entre os valores anuais orçamentados e os valores reais do período, pode concluir-se que os desvios verificados foram significativos quer relativamente aos rendimentos, quer em relação aos gastos orçamentados. Com efeito os graus de execução atingidos foram nas Vendas e Prestações de Serviços, 38%, nas Transferências Correntes e Subsídios à Exploração, 39%, nos Fornecimentos e Serviços Externos, 36%, nos Gastos com Pessoal, 70%, nos Outros Rendimentos e Ganhos,



10% e nos Outros Gastos e Perdas 32%. O baixo grau de execução orçamental no que respeita fundamentalmente às rubricas de Vendas e Prestação de Serviços e Transferências Correntes e Subsídios à Exploração levam a que em termos de resultados (EBITDA, EBITA, RAI e RL) todos apresentam valores muito abaixo dos valores orçamentados.

4.4.- Dos Investimentos (Anexo IV)

Feita análise aos investimentos orçamentados e os efectivamente realizados até 30 de setembro de 2021, pode concluir-se que praticamente não foram feitos investimentos, sendo o grau de execução orçamental somente de cerca de 1,63%.

4.5. Dos Recebimentos e Pagamentos

Em termos de recebimentos e pagamentos pode concluir-se que a situação se mostrava positiva em 30 de setembro de 2021. Com efeito foram recebidas verbas no montante de 75.484.066,24 euros e feitos pagamentos no montante de 32.307.563,62 euros gerando-se um saldo de 43.176.502,62 euros. O grau de execução orçamental da receita foi de 46,4% e o da despesa foi de 20%.

NOTA FINAL

Por último uma palavra de agradecimento pela boa colaboração e disponibilidade manifestadas pelo Director da Direcção Financeira e demais responsáveis com quem mantivemos contactos profissionais.

Lisboa, 07 de fevereiro de 2021

O FISCAL ÚNICO

ANTÓNIO BELÉM & ANTÓNIO GONÇALVES, SROC, LDA.

representada pelo Dr. António Maria Velez Belém

R.O.C. 768



ANEXO I

SPMS - SERVIÇOS PARTILHADOS DO MINISTÉRIO DA SAÚDE, EPE
BALANÇOS

RUBRICAS	SETEMBRO 2021	DEZEMBRO 2020	VARIAÇÃO			
			Valor	%		
ACTIVO						
Activo não corrente						
Activos fixos tangíveis	6 620 654	7 221 144	-600 490	-8,32		
Ativos Fixos Tangíveis em Curso						
Goodwill						
Activos intangíveis		47 942	-47 942			
Ativos Intangíveis em Curso						
Participações financeiras - método equivalência patrimonial						
Participações financeiras - outros métodos						
Accionistas / sócios						
Outros activos financeiros	16 579		16 579			
Activos por impostos diferidos	122	122	0	0,26		
Outras contas a receber						
Total Activo não corrente	6 637 355	7 269 208	-631 853	-8,69		
Activo corrente						
Inventários	0	0				
Clientes, contribuintes e utentes	1 879 780	2 746 659	-866 879	-31,56		
Adiantamentos a fornecedores	0	0				
Estado e outros entes públicos	3 196 077	146 775	3 049 302	2 077,53		
Accionistas / sócios						
Outras contas a receber	22 524 654	2 160 594	20 364 060	942,52		
Diferimentos	867 831	4 286 095	-3 418 264	-79,75		
Activos financeiros detidos para negociação						
Outros activos financeiros						
Activos não correntes detidos para venda						
Caixa e depósitos bancários	49 549 472	10 281 121	39 268 351	381,95		
Total Activo corrente	78 017 813	19 621 244	58 396 569	297,62		
Total do Activo	84 655 169	26 890 452	57 764 717	214,81		

/ Sede

Praça Francisco Sá Carneiro, 12, 1º DT 1000-160 Lisboa
+351 218 438 860 | geral@abag-sroc.pt

/ Escritório Algés

Rua Sofia de Carvalho, 23, 2º DT Nascente 1495-122 Algés
+351 215 843 257 | info@abag-sroc.pt



ANEXO I

SPMS - SERVIÇOS PARTILHADOS DO MINISTÉRIO DA SAÚDE, EPE
BALANÇOS

RUBRICAS	SETEMBRO 2021	DEZEMBRO 2020	VARIAÇÃO	
			Valor	%
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO				
Capital próprio				
Capital realizado	26 260 689	26 260 689	0	0,00
Reservas legais	0	0		
Outras reservas	7 445 732	6 835 935	609 797	8,92
Resultados transitados	-32 325 745	-34 574 321	2 248 576	-6,50
Ajustamentos em activos financeiros	0			
Excedentes de revalorização	0			
Outras variações no capital próprio	49 843 210	6 796 526	43 046 684	633,36
Resultado líquido do exercício	1 449 527	2 858 373	-1 408 846	-49,29
Interesses minoritários				
Total do Capital próprio	52 673 413	8 177 202	44 496 211	544,15
Passivo				
Passivo não corrente				
Provisões	4 755 542	4 755 542	0	0,00
Financiamentos obtidos				
Responsabilidades por benefícios pós-emprego	0	0		
Passivos por impostos diferidos	0	0		
Outros passivos não correntes	0	0		
Total do Passivo não corrente	4 755 542	4 755 542	0	0,00
Passivo corrente				
Provisões				
Fornecedores	5 298 988	1 545 377	3 753 611	242,89
Adiantamentos de clientes	0	0		
Estado e outros entes públicos	496 952	1 927 654	-1 430 702	-74,22
Fornecedores de Investimentos		0		
Accionistas/Sócios				
Outras contas a pagar	13 173 692	7 026 398	6 147 294	87,49
Diferimentos	8 256 581	3 458 279	4 798 302	138,75
Total do Passivo corrente	27 226 213	13 957 707	13 268 506	95,06
Total do Passivo	31 981 755	18 713 249	13 268 506	70,90
Total do Capital próprio e do Passivo	84 655 168	26 890 451	57 764 717	214,81

/ Sede

Praça Francisco Sá Carneiro, 12, 1º DT 1000-160 Lisboa
+351 218 438 860 | geral@abag-sroc.pt

/ Escritório Algés

Rua Sofia de Carvalho, 23, 2º DT Nascente 1495-122 Algés
+351 215 843 257 | info@abag-sroc.pt



ANEXO II

SPMS - SERVIÇOS PARTILHADOS DO MINISTÉRIO DA SAÚDE, EPE

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZA

RUBRICAS	SETEMBRO 2021	SETEMBRO 2020	VARIAÇÃO	
			Valor	%
RENDIMENTOS E GASTOS				
Vendas e prestações de serviços	8 329 621	8 578 233	-248 612	-2,90
Transferências correntes e subsídios à exploração	34 163 147	28 190 264	5 972 883	21,19
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	0	0		
Variações nos inventários de produção	0	0		
Trabalhos para a própria entidade	0	0		
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	0	0		
Fornecimentos e serviços externos	-32 523 807	-26 284 498	-6 239 310	23,74
Gastos com o pessoal	-7 226 275	-7 239 864	13 589	-0,19
Imparidade de inventários (perdas)				
Imparidade de inventários reversões)	0	0		
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	0	0		
Provisões (aumentos/reduções)	0	0		
Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)	0	0		
Reduções de justo valor	0	0		
Aumentos de justo valor	0	0		
Outros rendimentos e ganhos	716 390	223 414	492 976	220,66
Outros gastos e perdas	-301 606	-754 799	453 193	-60,04
Resultados antes de depreciações, gastos de financiamentos e impostos	3 157 470	2 712 750	444 721	16,39
Gastos de depreciação e amortização	-1 707 944	-1 611 370	-96 574	5,99
Reversões de depreciação e amortização	0	0		
Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)	0	0		
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	1 449 527	1 101 380	348 147	31,61
Juros e rendimentos similares obtidos	0	0		
Juros e gastos suportados	0	0		
Resultado antes de impostos	1 449 527	1 101 380	348 147	31,61
Imposto sobre o rendimento		-405 951	405 951	-100,00
Resultado líquido do período / Sede	1 449 527	695 429	754 098 <i>Escríptorio Alges</i>	108,44



ANEXO III

SPMS - SERVIÇOS PARTILHADOS DO MINISTÉRIO DA SAÚDE, EPE

CONTROLO EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

RUBRICAS	REAL SETEMBRO 2021	ORÇAMENTO ANUAL 2021	GRAU DE EXECUÇÃO
RENDIMENTOS E GASTOS			
Vendas e prestações de serviços	8 329 621	22 121 514	0,38
Transferências correntes e subsídios à exploração	34 163 147	88 042 247	0,39
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos		0	0
Variações nos inventários de produção		0	0
Trabalhos para a própria entidade	0	0	0
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	0	0	0
Fornecimentos e serviços externos	-32 523 807	-90 971 204	0,36
Gastos com o pessoal	-7 226 275	-10 340 176	0,70
Imparidade de inventários (perdas/reversões)	0	0	0
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	0	0	0
Provisões (aumentos/reduções)	0	0	0
Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)	0	0	0
Aumentos/reduções de justo valor	0	0	0
Outros rendimentos e ganhos	716 390	7 307 716	0,10
Outros gastos e perdas	-301 606	-934 657	0,32
Resultados antes de depreciações, gastos de financiamentos e impostos	3 157 470	15 225 440	0,21
Gastos/reversões de depreciação e amortização	-1 707 944	-8 236 317	0,21
Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)	0	0	0
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	1 449 527	6 989 123	0,21
Juros e rendimentos similares obtidos	0	0	0
Juros e gastos suportados	0		#DIV/0!
Resultado antes de impostos	1 449 527	6 989 123	0,21
Imposto sobre o rendimento		-1 782 226	0,00
Resultado líquido do período	1 449 527	5 206 897	0,28

/ Sede

Praça Francisco Sá Carneiro, 12, 1º DT 1000-160 Lisboa
+351 218 438 860 | geral@abag-sroc.pt

/ Escritório Algés

Rua Sofia de Carvalho, 23, 2º DT Nascente 1495-122 Algés
+351 215 843 257 | info@abag-sroc.pt



SPMS - SERVIÇOS PARTILHADOS DO MINISTÉRIO DA SAÚDE, EPE

CONTROLO ORÇAMENTAL - INVESTIMENTOS

RUBRICAS	INVESTIMENTOS SETEMBRO 2021	ORÇAMENTO ANUAL INVESTIMENTOS	GRAU DE EXECUÇÃO
Activos fixos tangíveis	1 069 186	65 421 500	1,63%
Edifícios e Outras Construções	0	1 900 350	0,00%
Equipamento Básico	1 064 473	63 399 199	1,68%
Equipamento Administrativo	4 713	121 951	3,86%
Outros Investimentos	0	0	#DIV/0!
Ativos Fixos Tangíveis em Curso	0		
Activos intangíveis	0	0	#DIV/0!
Software Informático	0	0	#DIV/0!
Hardware	0	0	
Totais	1 069 186	65 421 500	1,63%

/ Sede

Praça Francisco Sá Carneiro, 12, 1º DT 1000-160 Lisboa
+351 218 438 860 | geral@abag-sroc.pt

/ Escritório Algés

Rua Sofia de Carvalho, 23, 2º DT Nascente 1495-122 Algés
+351 215 843 257 | info@abag-sroc.pt



ANTÓNIO BELÉM &
ANTÓNIO GONÇALVES
SROC

RELATÓRIO TRIMESTRAL DE REVISÃO

SPMS – SERVIÇOS PARTILHADOS
MINISTÉRIO DA SAÚDE, EPE.

SETEMBRO DE 2021

/ Sede

Praça Francisco Sá Carneiro, 12, 1º DT 1000-160 Lisboa
+351 218 438 860 | geral@abag-sroc.pt

/ Escritório Algés

Rua Sofia de Carvalho, 23, 2º DT Nascente 1495-122 Algés
+351 215 843 257 | info@abag-sroc.pt



RELATÓRIO

1 - INTRODUÇÃO

Nos termos do despacho de 04 Maio 2015 de Sua Excelência a Secretaria de Estado do Tesouro, que nos nomeou como Fiscal único da SPMS-Serviços Partilhados do Ministério da Saúde, EPE, adiante designado por SPMS, cumpre-nos apresentar relatório da actividade de fiscalização efectuada no terceiro trimestre de 2021.

2 - ÂMBITO

O âmbito da actividade exercida teve como quadro o normativo referido no Ponto 1, tendo sido efectuada a revisão legal da SPMS e o exame das suas contas referidas a 30 de Setembro de 2021, de acordo com as normas de revisão/auditoria em vigor e com a profundidade que considerámos necessária.

/ Sede

Praça Francisco Sá Carneiro, 12, 1º DT 1000-160 Lisboa
+351 218 438 860 | geral@abag-sroc.pt

/ Escritório Algés

Rua Sofia de Carvalho, 23, 2º DT Nascente 1495-122 Algés
+351 215 843 257 | info@abag-sroc.pt

3 - TRABALHO REALIZADO

- 3.1** – Participação em diversas reuniões com a Administração e Director Financeiro, com o objectivo de recolhermos informação/documentação relativamente à actividade desenvolvida no período;
- 3.2.**- Avaliação da adequacidade e consistência das políticas contabilísticas adoptadas, nomeadamente amortizações, provisões, ajustamentos, valorimetria, reconhecimento de gastos/rendimentos e diferimentos;
- 3.3.** - Verificação da conformidade com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro das demonstrações financeiras, que compreendem o Balanço em 30 de Setembro de 2021, a Demonstração de Resultados por Natureza, a Demonstração dos Fluxos de Caixa e as Notas às Demonstrações Financeiras, todas referidas àquela data;
- 3.4.**- Verificação da conformidade das demonstrações financeiras com os registos contabilísticos de suporte;
- 3.5.** - Análise do controlo interno;
- 3.6.** - Realização de testes substantivos nas seguintes áreas;
 - 3.6.1.** - Inventariação e confirmação dos saldos de Caixa;
 - 3.6.2.** - Análise e verificação das reconciliações bancárias preparadas na SPMS;
 - 3.6.3.** Confirmação da existência, titularidade e montantes dos Outros Depósitos Bancários/Depósitos a Prazo;



3.6.4.- Análise de contas de terceiros, designadamente de Clientes, de Fornecedores e de Outras Contas a Receber e a Pagar;

3.6.5.- Análise dos saldos e movimentos contabilizados nas contas de Diferimentos;

3.6.6.- Análise da conta de Subcontratos e dos processos de compra mais relevantes;

3.6.7.- Verificação dos investimentos/desinvestimentos em imobilizado;

3.6.8.- Análise dos critérios e cálculos de amortizações;

3.6.9.- Análise dos critérios e cálculos de ajustamentos/provisões;

3.7. – Análise das contas de Capital Próprio;

3.8. - Verificação documental dos gastos, perdas, rendimentos e ganhos relevantes;

3.9. - Verificação da situação fiscal e perante a Segurança Social e Caixa Geral de Aposentações;

4 - RELATÓRIO

Como consequência do trabalho desenvolvido e das opiniões que temos, parece-nos conveniente realçar os seguintes pontos:

- 4.1.**- Nas reuniões havidas com a Administração, Diretor Financeiro e Contabilista Certificado, obtivemos os esclarecimentos e documentos que considerámos necessários.
- 4.2.**- A SPMS prosseguiu políticas contabilísticas que nos parecem adequadas e que são consistentes com as utilizadas no exercício anterior. A partir de 01 de Janeiro de 2018 A SPMS adoptou o SNC-AP de acordo com o Decreto-lei 92/2015.
- 4.3.** - As Demonstrações Financeiras relativas a 30/09/2021 estão conformes com as Normas Contabilidade Pública (NCP) que integram o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP).
- 4.4** – As Demonstrações Financeiras estão de acordo com os registos e documentos de suporte.
- 4.5.** - Analisámos o sistema de controlo interno tendo-se concluído que apesar de não existir um Manual de Procedimentos único, é observado um conjunto de normas e procedimentos escritos, Circulares Internas, que asseguram um razoável controlo interno.
No terceiro trimestre de 2021, não foram emitidas circulares internas.

4.6. - Relativamente aos testes substantivos realizados salienta-se:

- 4.6.1.** - A conta de Caixa encontra-se desagregada em Caixa de Lisboa e Caixa do Porto. Relativamente a 30 de Setembro de 2021, a Caixa Fixo apresentava um saldo de 57.598,01 euros, o Fundo de maneio de Lisboa apresentava um saldo de 104,99 e o do Porto de 116,96 euros. O aumento significativo no saldo da conta Caixa Fixo deve-se a adiantamentos de rendas que foram regularizados posteriormente. Não procedemos à contagem física dos saldos referidos em data próxima de 30 de Setembro de 2021.



4.6.2. - Foram obtidas e testadas as reconciliações das contas de depósitos à ordem. Relativamente a 30 de Setembro verificavam-se coincidências dos saldos contabilísticos e bancários relativamente às 12108 “Projeto HealthID”, 12110 “Caução Fundo Imobiliário”, 12112 “Op. Extraorçamentais”, 12114 “Projeto X eHealth” e 12105 “Projetos Comunitários”. As contas 12101 – IGCP, 12104 “SITAM” 12105 “Projetos Comunitários”, 1207 “Centro Contacto SNS” e 12109 “Projeto ehaction”, apresentavam saldos divergentes, tendo sido feita a identificação de todos os movimentos que justificavam a diferença de saldos apurados, não apresentando estes movimentos com antiguidades elevadas.

Salienta-se que a SPMS observou integralmente o princípio da unidade de tesouraria do Estado.

4.6.3. – Relativamente à conta de Outros Depósitos Bancários, verificou-se que à data de 30 de Setembro 2021 existia um saldo na contabilidade de 46.702,34 coincidente com o saldo bancário.

4.6.4. – Foi analisada a conta de Clientes relativamente à natureza dos saldos e antiguidades. Não existiam saldos de natureza contrária nem saldos com antiguidades elevadas que justificassem ajustamentos.

Igual procedimento foi feito para as contas de Fornecedores, que apresentavam um saldo total em 30 de Setembro de 2021 no montante de cerca de 5.298.987,94 euros, os quais não apresentam antiguidade elevada, existindo três saldos de natureza contrária de montante considerado materialmente irrelevante. **O saldo de fornecedores aumentou significativamente face a 31 Dezembro 2020 devido às faturas da MEO no âmbito do SNS24 e às faturas da Normática referentes ao licenciamento.**



Por outro lado, existia um saldo devedor de 4.019.632,79 de Adiantamentos a Fornecedores referente essencialmente a um adiantamento feito à Claranet no âmbito da aquisição de licenciamento Microsoft, no valor de 4.000.000,00.

- 4.6.5.** - Relativamente às Outras Contas a Receber e a Pagar, foram analisados os saldos das contas “Acréscimos de Rendimentos CC SNS 24”, “Acréscimos de Rendimentos – Contrato Programa” “Acréscimos de Gastos em Subcontratos Gerais”, “Acréscimo de Gastos em serviços especializados”, “Acréscimos de Gastos Outros” e “Cobrança Taxas Moderadoras a Entregar” nada havendo de especial a relatar. Foram obtidos os extractos e fotocópias dos documentos de suporte mais relevantes, relativos às contas acima mencionadas.
- 4.6.6.** – Relativamente a empréstimos bancários obtidos, há a referir que a conta se apresentava saldada, na sequência das liquidações ocorridas no exercício de 2016. Foi feita a confirmação da inexistência de financiamentos bancários através do documento da Central de Responsabilidades de Crédito do Banco de Portugal, com referência à data de 30 de Setembro de 2021.
- 4.6.7.** – Relativamente à conta de Diferimentos, analisámos o saldo e os movimentos ocorridos nas contas de Gastos a Reconhecer e as contas de Rendimentos a Reconhecer. Foram analisados os saldos actuais com os existentes no final do período anterior e verificou-se se a empresa aplicou, no período em análise, políticas contabilísticas consistentes com as do exercício anterior. Verificou-se, também, que foi feita a anulação dos gastos a reconhecer contabilizados no exercício anterior e foi feito o reconhecimento dos gastos a reconhecer no período em análise.

- 4.6.8.** – Quanto aos Subcontratos foram analisadas as aquisições mais relevantes do terceiro trimestre, os respectivos contratos que se encontram publicados na Basegov e a contabilização das correspondentes facturas, tendo-se obtido fotocópias dos referidos documentos. Verificou-se concordância entre os valores dos contratos e as verbas contabilizadas. Analisou-se também a forma de contratação, tendo-se constatado a existência de um número elevado de aquisições por ajuste directo e ajuste direto simplificado, os quais, no entanto respeitavam o estipulado no Código da Contratação Pública.
- 4.6.9.** - Procedemos ao controlo documental dos movimentos lançados nas contas de imobilizado, tendo-se obtido listagens e fotocópias dos documentos de suporte mais significativos das aquisições e dos abates efectuados no trimestre.
- 4.6.10.** - Relativamente às amortizações a SPMS adopta o método da linha recta e utiliza as taxas de amortização correspondentes aos diversos períodos de vida útil estimada dos bens, lançando mensalmente por estimativa na conta 64 os respetivos valores.
- 4.6.11.** - Quanto a Ajustamentos/Provisões não foi feito qualquer movimento até ao fim do terceiro trimestre de 2021.
- 4.7.** – Procedemos à análise das contas de Capital Próprio tendo-se concluído que no primeiro trimestre foi transferido para a conta de Resultados Transitados o montante de 2.858.373,07 euros referente ao resultado líquido obtido no exercício de 2020 tendo sido transferido para a conta de Reservas Legais o montante de 609.798,51 resultante da aprovação de contas do exercício de 2018. No segundo trimestre foi movimentado a debito da conta “Outras variações no Património Líquido – Transferência de Activos Concedidos” o montante de 3.315,65 euros



No terceiro trimestre de 2021 foi contabilizado na conta “Outras Variações do Património Líquido o montante de 43.050.000,00 referente ao recebimento de parte do subsídio atribuído à SPMS no âmbito do PRR.

No seguimento do recebimento desta verba o Capital Próprio, em 30 de Setembro de 2021, deixou de ser inferior a 50% do capital subscrito, situação que caía no âmbito do Artº 35º do Código das Sociedades Comerciais.

Até ao final do terceiro trimestre de 2021, as contas de 2019 e 2020 ainda não tinham sido aprovadas. No entanto, tomámos conhecimento posteriormente, em 18/11/2021, que as contas de 2019 obtiveram aprovação da tutela.

4.8. - A análise documental dos gastos e rendimentos relevantes do período decorrido até 30 de Setembro de 2021 permite concluir que o valor apurado, lucro de 1.449,526,61 euros refletirá apropriadamente o resultado do mesmo. Com efeito, o resultado acima referido foi motivado fundamentalmente pela rubrica de Subsídios à exploração.

4.9. - Controlámos a situação fiscal e perante a Segurança Social e Caixa Geral de Aposentações da SPMS, tendo podido concluir que todas as situações se encontravam regularizadas. Verificou-se que, no processamento dos vencimentos de Junho se lançaram os encargos da entidade patronal com a segurança social e CGA na conta 2312 “pagamentos ao pessoal”, em vez da conta 24512. Existem outras pequenas diferenças, materialmente irrelevantes.



5 – NOTA FINAL

Por último uma palavra de agradecimento pela boa colaboração e disponibilidade manifestadas pelo Administrador, Director Financeiro e demais responsáveis com quem mantivemos contactos profissionais.

Lisboa, 7 de Fevereiro de 2022

O FISCAL ÚNICO

**ANTÓNIO BELÉM & ANTÓNIO GONÇALVES – SOCIEDADE DE REVISORES
OFICIAIS DE CONTAS, LDA.**

representada pelo Dr. António Maria Velez Belém

R.O.C. 768